



Ata n.º 2/2025

Reunião Ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras

Aos doze dias do mês de junho do ano civil de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Horta das Figueiras da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras sito na Rua Fernanda Seno, n.º 25, 7005-485 Évora reuniu em sessão ordinária a Assembleia da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras, com a presença dos eleitos: -----

Do Partido Socialista: -----

- ✓ José Carlos Farias Calado, Baltazar João Avó Damas, Jorge Filipe Tragedo Parreirinha e Carla Manuela Anastácio Carmona; -----

Da CDU – Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV: -----

- ✓ José da Silva Costa Russo e Margarida Avó Baião Ferreira de Almeida; -----

Da Coligação Mudar com Confiança – PPD/PSD, CDS-PP, MPT, PPM: -----

- ✓ Paulo Alexandre Duarte Correia e Alexandre Mourato Lopes em substituição de Rita Batista Santana. -----

Do Movimento Cuidar de Évora, NC/RIR: -----

- ✓ Maria de Fátima Batista Cabecinha Gomes e Constantina Maria Serrano Coias em substituição de Maria de Jesus Orvalho Costa.

Independente: -----

- ✓ Edalberto Tomás Macau Fitas Figueiredo. -----

Do executivo da junta marcaram presença: -----

- ✓ Presidente: Ananias Delfim Courelas Quintano e os Vogais: Mário Augusto Bragado Monginho, Maria Fernanda Maurício Mendes, Daniel Alexandre Galiano Galvoeira e Maria Helena Calhau Perdigão Bruno. -----

A sessão ordinária teve a seguinte ordem dos trabalhos: -----

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia. -----

Ponto 2 - Leitura e votação das atas das: -----

- Reunião ordinária de 17 de dezembro de 2024. -----
- Reunião ordinária de 22 de abril de 2025. -----

Ponto 3 - Análise e votação ao "Regulamento para atribuição de apoios", após consulta pública. -----

- Ponto 4** - Análise e votação ao “Regulamento para cedência veículos”, após consulta pública. -----
- Ponto 5** - Informações e apresentação do relatório da atividade do executivo da UF da Malagueira e Horta das Figueiras e situação financeira no 2.º trimestre de 2025. -----



Dada a ausência da Primeira Secretária da Mesa, Rita Batista Santana esta foi substituída na mesa pelo Alexandre Mourato Lopes da Coligação Mudar com Confiança (PPD/PSD, CDS-PP, MPT, PPM). -----

Antes do início dos trabalhos o Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou autorização para retirar do Ponto 2 da ordem dos trabalhos a leitura e aprovação da Acta da Reunião Ordinária da Assembleia da União de Freguesia da Malagueira e Horta das Figueiras de 22 de abril de 2025 por não ter sido concluída em tempo oportuno, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º e do n.º 6 do artigo 50.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, o Presidente perguntou aos fregueses presentes se pretendiam usar da palavra. -----

Tomou então a palavra um grupo de moradores da Malagueira, residentes na Rua Imperador Augusto, que, por motivos de salvaguarda da sua segurança, optaram por não se identificar individualmente, dada a sensibilidade da situação que os levou a marcar presença nesta sessão. ----

Os moradores expuseram a sua preocupação com a ocupação ilegal do antigo edifício da “Boîte a Vivenda” e do terreno municipal contíguo, situado nas traseiras dos seus logradouros, por pessoas de etnia cigana. Referiram que vivem há vários anos em permanente sobressalto, em virtude da falta de segurança e das condições de higiene, salubridade e saúde pública no local. -----

Descreveram que o espaço se encontra repleto de lixo não recolhido, com dejetos de humanos e de animais espalhados, havendo ainda a presença de animais, nomeadamente cavalos naquele terreno, o que agrava as condições de insalubridade. Para além dos ocupantes permanentes, é frequente a presença de outros grupos, potenciando situações de instabilidade. Assinalaram a ocorrência frequente de desacatos e ameaças com armas de fogo entre membros da comunidade, circunstâncias que obrigam a chamadas constantes à autoridade policial — que nem sempre comparece. Apesar de por vezes haver intervenção policial, o problema mantém-se sem resolução. -----

Os moradores esclareceram expressamente que nada têm contra as pessoas em si, mas apenas contra a situação de insegurança, insalubridade e ilegalidade que se vive no local. -----

Informaram ainda que, ao longo do tempo, têm recorrido a diversas entidades competentes, sem que, até à data, tenha sido encontrada uma solução efetiva. -----



A sua participação nesta assembleia teve como objetivo apelar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que integra igualmente a Assembleia Municipal, para que, na sessão prevista para amanhã (13 de junho de 2025), possa levar novamente estas preocupações ao Senhor Presidente da Câmara, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Os moradores concluíram manifestando a sua esperança de que, até ao final do presente mandato autárquico, venha a ser tomada uma medida concreta que ponha termo a esta situação. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Paulo Correia, esclareceu o grupo de cidadãos que a situação em causa é, de facto, do conhecimento da Assembleia de Freguesia, por se tratar de um assunto recorrentemente levantado pelos fregueses, quer nas reuniões do executivo da junta, quer nas sessões da Assembleia de Freguesia. -----

Referiu ainda que, no início do mandato, realizou-se uma reunião do executivo da junta no edifício da Horta das Figueiras, à qual compareceu um conjunto de cidadãos para abordar a questão dos acampamentos existentes na freguesia, com especial incidência na área do Bairro da Malagueira, estando presentes também cidadãos que defendiam a permanência desses acampamentos. -----

Sublinhou que os problemas da Malagueira não se limitam apenas à existência de acampamentos nómadas, destacando igualmente a utilização indevida de espaços como habitação, frequentemente sobrelotados por cidadãos estrangeiros, bem como os relatos de insegurança transmitidos por moradores. -----

Na qualidade de eleito, informou ter realizado uma visita às zonas sensíveis do bairro, acompanhado pelo vereador Henrique Sim Sim e por um grupo de moradores, visita que veio a ser repetida posteriormente com o Sr. Presidente do executivo da junta. -----

Acrescentou que o Sr. Presidente do executivo tem transmitido à Assembleia que tem levado estas preocupações às reuniões realizadas com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e com os responsáveis da PSP. Contudo, não tem havido consenso entre as diferentes entidades no sentido de se encontrar uma solução comum para resolver a situação. -----

Por fim, recordou que, em sede de Assembleia de Freguesia, têm sido aprovadas moções relacionadas com a segurança e a higiene urbana, as quais têm sido remetidas pela junta à Câmara Municipal e aos senhores vereadores. -----

A eleita Fátima Cabecinha (MCE) referiu que subscrevia integralmente o que já havia sido mencionado, sublinhando que não está em causa a etnia, mas sim o cumprimento da lei. -----

Propôs um caminho alternativo, considerando que o Conselho Municipal de Segurança não tomou qualquer iniciativa, sugerindo que o assunto seja articulado no âmbito do Conselho Local de Ação Social, onde têm assento todas as entidades competentes. Defendeu que aí poderia ser proposta uma metodologia de intervenção que permitisse a agregação de esforços, de



modo a que cada organismo exerça efetivamente as competências que lhe cabem para solucionar este problema. -----

Lamentou, no entanto, que o Município não tome uma decisão relativamente aos acampamentos instalados em terrenos municipais. Recordou que, nesta matéria, a lei é clara: a Câmara Municipal deve solicitar a intervenção da PSP, a qual atua em conformidade; contudo, esta força de segurança não pode intervir sem requerimento prévio do Município.

O eleito Jorge Parreirinha manifestou concordância com as preocupações apresentadas pelo grupo de moradores, salientando que qualquer pessoa que enfrente diariamente uma situação desta natureza não pode deixar de se rever na posição assumida. Acrescentou que quem discorda, provavelmente não enfrenta esse problema à sua porta, mas mudará de opinião quando for diretamente afetado. Considerou ainda que afirmar o contrário "é mentira". -----

Referiu sentir-se cansado com a sucessiva transferência de responsabilidades entre departamentos, que apenas resulta no adiamento da resolução dos problemas. Reconheceu ser legítima a crítica dirigida à Câmara Municipal, que já deveria ter atuado, mas lembrou igualmente que a PSP e outras entidades com competências próprias também já deveriam ter atuado. -----

Partilhou, a título pessoal, que conhece bem a zona em questão por ser escuteiro e por ter participado recentemente num acampamento nas piscinas municipais, onde, a meio da noite, as crianças ficaram assustadas com o rebentamento de foguetes. Inicialmente pensaram tratar-se de uma festa, mas rapidamente perceberam que se tratava de um alerta relativo à intervenção policial no local. Sublinhou que toda a gente tem conhecimento da situação, mas continua sem nada ser feito, apesar de a lei existir para ser cumprida. -----

Enfatezou que, enquanto o imóvel não for vedado ou demolido, o problema persistirá, lembrando, contudo, que a junta de freguesia tem competências muito limitadas nesta matéria e, por isso, não poderá, por si só, dar resposta a esta problemática. -----

O eleito José Russo, da CDU, reconheceu na sua intervenção que a problemática dos acampamentos não é de fácil resolução. Recordou, a título de exemplo, que durante o período em que exerceu funções como Presidente de Junta foi várias vezes abordado por famílias de etnia cigana a questionarem-no sobre locais adequados para instalarem os seus acampamentos. Nunca teve resposta concreta, pois não lhe competia indicar ou autorizar espaços para esse fim, embora a questão fosse colocada de forma recorrente. -----

Referiu ainda que, em diversas reuniões em que participou, várias entidades defendiam a criação de zonas de acampamento nas proximidades da malha urbana da cidade, solução que permitiria um acompanhamento mais eficaz por parte dos serviços da Segurança Social, da Câmara Municipal, da Saúde e das autoridades policiais. Contudo, sublinhou que também havia instituições que se opunham a essa proposta. -----



Segundo José Russo, a ausência de uma solução estruturada fez com que o problema nunca fosse resolvido. Acrescentou que, como é sabido, não é a vedação de um terreno ou o emparedamento de um edifício que impede a sua ocupação. -----

O Daniel Galvoeira, na qualidade de vogal da Junta, referiu que também enquanto presidente da AMINATA enfrentou uma situação semelhante, relacionada com um acampamento instalado nas imediações das instalações da associação. -----

Nessa altura, a direção do clube encetou várias diligências e exerceu pressão constante sobre a Câmara Municipal para que o problema fosse resolvido. O terreno em causa era municipal e, após alguma resistência inicial, foi possível dismantelar o acampamento: os animais existentes — cavalos, porcos e outros — foram retirados, o terreno foi limpo e vedado. Contudo, as famílias dispersaram-se por outras zonas da cidade. -----

Segundo recordou, o então presidente da Câmara confrontou-o: "*O Daniel tem o problema resolvido, mas agora eu tenho um problema maior: eles estão espalhados pela cidade toda.*" -----

Daniel Galvoeira sublinhou que não se podia permitir uma situação de insegurança e de risco para a saúde pública junto a um clube de natação, sobretudo no período noturno e durante o inverno, quando a afluência era maior. Referiu que essa realidade gerava problemas de segurança e tinha um impacto negativo nas receitas do clube, uma vez que muitas pessoas, por receio, acabavam por desistir de praticar a sua atividade física. -----

Destacou ainda que, com a criação do parque de caravanas, a situação melhorou significativamente. No entanto, considera evidente a falta de vontade política para enfrentar estes problemas. -----

A eleita Fátima Cabecinha (MCE) recordou que a intervenção realizada no Bairro da Casinha, com vista à eliminação das barracas e tendas existentes, foi concretizada pela Câmara Municipal em articulação com o Corpo de Intervenção da PSP, tendo nessa altura a situação ficado resolvida. -----

O Presidente da Junta, Ananias Quintano, informou que tem abordado reiteradamente este assunto nas reuniões mantidas com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, sem que até ao momento tenham resultado medidas práticas. Assumiu, contudo, o compromisso de voltar a levar a questão à Assembleia Municipal. -----

A eleita Fátima Cabecinha sugeriu, ainda, que fosse elaborada uma moção da Assembleia, a apresentar pelo Presidente do Executivo, destinada a ser remetida para a reunião da Assembleia Municipal. -----

O Presidente do Executivo esclareceu, porém, que nessa reunião estará parcialmente limitado na sua intervenção, dado que, por motivo da ausência do Presidente da Assembleia, lhe caberá assumir a presidência da mesma. -

No ponto 1 - Período antes da ordem do dia, a eleita Carla Carmona, do PS, questionou o Presidente da Junta sobre a possibilidade de, no próximo ato eleitoral, a Junta disponibilizar cadeiras de rodas para apoiar cidadãos com mobilidade reduzida a dirigirem-se às seções de



voto na Arena de Évora. Explicou que, nos últimos atos eleitorais, enquanto presidente de mesa, já foi abordada por familiares de eleitores que desejavam exercer o seu direito de voto, questionando se seria possível recolher o voto junto do veículo, o que naturalmente foi recusado. Assim, manifestou interesse em saber se haveria disponibilidade da Junta para facilitar este apoio. -----

A eleita Margarida Almeida, da CDU, acrescentou que na Arena tal situação ocorre devido a estacionamento indevido, já que existe a possibilidade dos carros se dirigirem até à porta da Arena, desde que o acesso não esteja bloqueado. -----

O Presidente da Junta, Ananias Quintano, disse que a junta poderia por uma cadeira de rodas na Arena de Évora no próximo ato eleitoral para apoiar esses cidadãos. -----

A eleita Fátima Cabecinha, do MCE, solicitou esclarecimentos ao Presidente do Executivo sobre a regularidade da atualização dos conteúdos da página web da junta, bem como sobre a identificação da pessoa responsável por essa atualização. Foi apontado, como exemplo, que as atas da assembleia aprovadas ainda não estão disponíveis para consulta. A última ata disponível corresponde à reunião extraordinária de 27 de fevereiro de 2023. -----

O Presidente da Assembleia, Paulo Correia, informou que as atas das reuniões ordinárias de junho, setembro e dezembro de 2024, embora aprovadas, ainda não foram assinadas pelo secretário, razão pela qual não foram publicadas. Assumiu tratar-se de uma falha e comprometeu-se a reunir com Mário Monginho para que a página da internet da junta seja atualizada com a documentação em falta. -----

Durante a sua intervenção, a eleita Fátima Cabecinha referiu ainda que os editais publicados na página da junta apresentam datas de publicação que não correspondem às datas de realização das reuniões, o que pode induzir os munícipes em erro. -----

O vogal do executivo, Mário Monginho, responsável pela atualização da página, esclareceu que, caso os editais das reuniões da junta e da assembleia fossem publicados apenas no dia da sua realização, ficariam disponíveis para consulta apenas nesse dia. Para cumprir a lei, os editais são, por isso, publicados na página da junta com antecedência, ficando registada na página a data da sua publicação. -

Fátima Cabecinha referiu ainda que os regulamentos da junta não estão publicados na página da junta. -----

Questionou o Senhor Presidente da Junta sobre o ponto de situação do procedimento concursal para admissão de um assistente técnico e de dois assistentes operacionais. -----

O Presidente, Ananias Quintano, referiu que o procedimento concursal para o recrutamento dos dois assistentes operacionais estava na fase final. Em relação ao procedimento concursal para admissão de um assistente técnico, na primeira fase houve uma reclamação; na segunda fase, surgiu outra reclamação. Por fim,



houve um erro no edital de convocatória para realização da prova escrita, publicado no Diário da República. Essa correção já foi feita, aguardando-se a sua publicação para que os candidatos possam realizar a prova. -----

O eleito José Russo questionou o Presidente da Junta sobre o acordo coletivo, sobre as avaliações do SIADAP e as progressões de carreira dos funcionários da junta. -----

O Presidente Ananias Quintano esclareceu que houve um atraso no processo de avaliações dos funcionários, que já foi ultrapassado, e que as competências para 2025 já foram contratualizadas. Há uma reclamação de um funcionário pendente. O acordo coletivo foi assinado e aguarda publicação no Boletim do Trabalho e Emprego. ---

A eleita Fátima Cabecinha questionou o Presidente do Executivo sobre o ponto de situação do processo judicial relativo ao edifício da Horta das Figueiras. O Presidente esclareceu que o Tribunal Administrativo de Beja notificou as pessoas que faziam parte do executivo da junta na altura para comparecerem no tribunal no dia 16 de junho de 2025.

A eleita Fátima Cabecinha perguntou ainda se o Senhor Presidente efetuou diligências junto da Associação Évora 27 como ficou acordado na última assembleia de freguesia, para que os eleitos da assembleia pudessem reunir e conhecer o projeto para a freguesia. O Presidente respondeu que, por lapso seu, não fez esse contacto. -----

No Ponto 2 – A Acta da Reunião ordinária de 17 de dezembro de 2024, foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto 3 da ordem dos trabalhos o Sr. Presidente do Executivo da Junta, Ananias Quintano apresentou a proposta de “Regulamento de apoio ao Associativismo” informando que esteve em consulta pública por 30 dias sem receber propostas de alteração. O documento foi previamente aprovado em reunião do Executivo e é agora submetido à Assembleia de Freguesia.

A eleita Margarida Almeida, da CDU, propôs uma alteração ao artigo 6.º do regulamento, sugerindo que fosse acrescentada à lista de documentos a apresentar a Acta de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais, uma vez que este documento é o que legitima os referidos órgãos a praticar atos em nome da associação. -----

O eleito José Russo, da CDU, manifestou concordância com a generalidade do documento apresentado, mas salientou a necessidade de clarificar os critérios para atribuição de apoios. Referiu ainda que o formulário de candidatura tende à padronização, o que pode gerar constrangimentos, sobretudo porque muitas associações funcionam com apenas uma ou duas pessoas. Ressaltou que, normalmente, a junta apoia atividades e que uma simples carta de solicitação poderia simplificar o processo. O alerta principal é para que o formulário não se torne um entrave à concessão do apoio. ----

O eleito Baltazar Damas do PS propôs ao executivo a criação de um cadastro das associações da freguesia, para que as mesmas não estejam

sempre a apresentar os mesmos documentos quando solicitam apoio para as suas atividades. -----

A eleita Fátima Cabecinha considerou que o modelo de requerimento deveria integrar o regulamento. Identificou incoerências na estrutura e na terminologia, notando confusão entre normas e regulamento, o que indica que o documento ainda não possui maturidade suficiente para aprovação. Trata-se de um documento de trabalho que deve ser aprimorado. -----

Discorda da limitação a um único período para apresentação de candidaturas, que pode gerar bloqueios, e sugere que o tema seja discutido num grupo de trabalho. -----

Por fim, considera desnecessário ter dois regulamentos separados (apoios aos agentes e cedência de viaturas), propondo que exista um único regulamento estruturado, incluindo a cedência de viaturas no apoio logístico. -----

O eleito José Calado discorda da posição do MCE e considera que o documento está em condições de ser votado nesta reunião da assembleia, referindo que o documento esteve em consulta pública durante 30 dias e nenhuma proposta de alteração foi sugerida. -----

O eleito José Russo manifestou concordância com a existência dos dois documentos, sublinhando que estes contêm as salvaguardas necessárias para assegurar a simplificação pretendida. Assim, considerou estarem reunidas as condições para a sua aprovação. -----

O Presidente da Assembleia partilhou da mesma opinião, entendendo igualmente existirem condições para votar favoravelmente o regulamento, posição que foi acompanhada pelos restantes eleitos da Assembleia de Freguesia. -----

Colocado o documento à discussão, o mesmo foi aprovado com sete votos favoráveis, designadamente dos eleitos José Calado, Baltazar Damas e Jorge Filipe Tragedo Parreirinha (PS), José Russo (CDU), Paulo Correia e Alexandre Lopes (Coligação *Mudar com Confiança* – PPD/PSD, CDS-PP, MPT, PPM) e Edalberto Figueiredo (Independente). -----

Verificaram-se ainda duas abstenções, das eleitas Margarida Almeida (CDU) e Carla Carmona (PS), e dois votos contra, das eleitas Fátima Cabecinha e Constantina Coias (MCE).-----

No ponto 4 da ordem dos trabalhos, o Sr. Presidente da União de Freguesias, Ananias Quintano apresentou a proposta de "Regulamento de Utilização de Viaturas Ligeiros de Passageiros", esclarecendo que o referido regulamento foi elaborado pelo anterior executivo, sendo agora intenção deste órgão proceder à sua aprovação, de modo a possibilitar a respetiva publicação em Diário da República. -----

A eleita Fátima Cabecinha questionou o presidente acerca do número de veículos ao dispor da Junta. Em resposta, o presidente esclareceu que a Junta possui duas carrinhas de nove lugares, uma viatura elétrica de três lugares e um quadriciclo de dois lugares. Informou ainda que, para efeitos



de cedência, estarão apenas disponíveis as duas carrinhas de nove lugares e a viatura elétrica de três lugares. -----

O eleito Jorge Parreirinha questionou o Presidente da Junta sobre se a cedência de transporte também abrangeria o transporte de crianças, salientando que este tipo de serviço está sujeito a requisitos legais específicos, nomeadamente quanto à utilização de veículos devidamente licenciados e equipados para o efeito, bem como à observância das normas de segurança previstas na legislação em vigor. O Presidente da Junta esclareceu, no entanto, que tal não se inclui na cedência. -----

Colocado o documento à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade. -

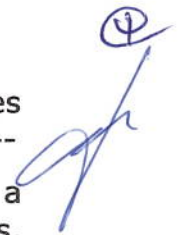
Por último, **no ponto 5** da ordem dos trabalhos o Sr. Presidente da União de Freguesias, Ananias Quintano apresentou o relatório da atividade do executivo da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras no 2.º trimestre de 2025 e prestou informações realçando que entre abril e junho de 2025, a União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras deu continuidade ao seu compromisso de proximidade, dinamismo e coesão comunitária, desenvolvendo um conjunto diversificado de iniciativas que abrangeram várias áreas da vida local. O segundo trimestre do ano destacou-se por ações voltadas para a infância, a cultura, o envelhecimento ativo, a educação, o desporto e a valorização do território. -----

No domínio do envelhecimento ativo, manteve-se a Marcha/Corrida Sénior, em parceria com o Clube Raquel Cabaço, promovendo semanalmente o exercício físico e o convívio. Foi também realizada a sessão "Cuide da Sua Memória", destinada a maiores de 65 anos, sublinhando a importância do bem-estar mental na terceira idade. A ligação às escolas mereceu igual destaque, através do projeto "Aventuras de Papel", em parceria com o Pim Teatro, que levou oficinas de marionetas às crianças, estimulando a criatividade e a expressão artística. -----

Na vertente cultural, a UFMHF integrou o programa "Bandas à Rua" e promoveu o Concerto de Abril, com atuações de MONDA e da Orquestra da GNR, além de prosseguir com o ciclo "Concertos da União 2025". Em junho, o Polo da UPTe da Malagueira assinalou o seu primeiro aniversário com uma programação cultural variada, que evidenciou a vitalidade desta resposta educativa e comunitária. -----

Como entidade parceira, a UFMHF apoiou diversas iniciativas, nomeadamente um torneio internacional de futsal, em abril, a performance "EXCESSO" na Noite no Museu, em maio, e a performance-instalação "DELONGA DIA", em junho, no Centro de Arte e Cultura de Évora. Paralelamente, marcou presença em momentos de representação institucional, como o 44.º aniversário do Rancho Folclórico Flor do Alto Alentejo, a celebração do Dia da Universidade Popular Túlio Espanca, no Auditório da Universidade de Évora, e a festa de final de ano da Escola Secundária Severim de Faria, que incluiu o lançamento da revista estudantil "Como Assim?". -----

No plano das infraestruturas, a União manteve ações regulares de limpeza e manutenção, garantindo um espaço público mais cuidado, funcional e acolhedor para todos os fregueses. Destaca-se ainda o impacto positivo do



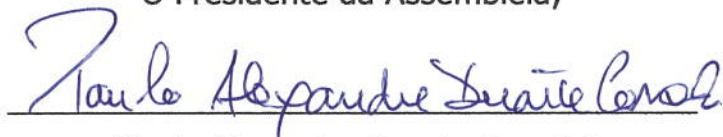
Polo da Malagueira, que, em apenas um ano de atividade, superou todas as expectativas e se afirmou como um projeto central de educação popular e de reforço dos laços comunitários. -----

Em síntese, este segundo trimestre de 2025 confirmou o dinamismo e a relevância da UFMHF no apoio à comunidade. As iniciativas desenvolvidas espelham um trabalho consistente, enraizado nos valores da proximidade, da participação cívica e da valorização do território, consolidando a freguesia como um espaço de bem-estar, cultura e cidadania ativa. -----

Em termos de tesouraria, as contas estão consolidadas. -----

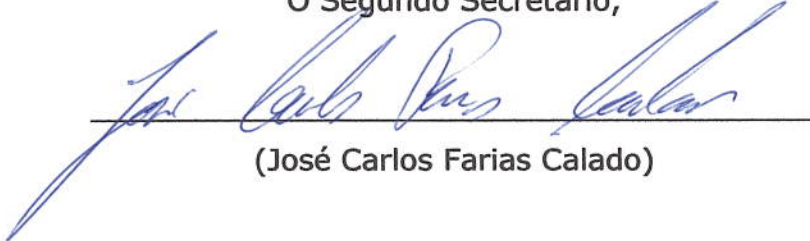
Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente Ata em Minuta. -----

O Presidente da Assembleia,



(Paulo Alexandre Duarte Correia)

O Segundo Secretário,



(José Carlos Farias Calado)